



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

KÁTIA MACÊDO DUARTE

**TECENDO REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E
POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO**

CAJAZEIRAS - PB

2008

KÁTIA MACÊDO DUARTE

**TECENDO REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E
POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Plena em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadoras: Professora Ma. Maria Janete de Lima.

Professora Ma. Antônia Lis de Maria Martins Torres.

CAJAZEIRAS - PB

2008



D812t Duarte, Kátia Macêdo.
Tecendo reflexões sobre educação e políticas de avaliação / Kátia Macêdo Duarte.- Cajazeiras, 2008.
[59]f. il.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2008.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Política educacional. 2. Políticas públicas. 3. Avaliação educacional. 4. Sociedade e escola. I. Lima, Maria Janete de. II. Torres, Antônia Lis de Maria Martins. III. Universidade Federal de Campina Grande. IV. Centro de Formação de Professores. V. Título

CDU 37.014.5

**TECENDO REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE
AVALIAÇÃO.**

KÁTIA MACÊDO DUARTE

Apresentação em: 18/06/2008

Maria Janete de Lima

Prof^ª. Ms. Maria Janete de Lima

A arvore que não dá frutos é xingada de estéril.

Quem examina o solo?

O galho que quebra é xingado de podre.

Mas não havia neve sobre ele?

(Bertold Brecht)

**Com amor e gratidão, dedico este trabalho monográfico
família Macedo e Duarte.**

**Aos meus tios Enio e Gilson, meus irmãos Kariny, Katiana,
Adriano e Junior.**

A Deus, criador do universo, pela vitória concedida encorajando todos os dias guiando meus caminhos com força e determinação para vencer mais uma batalha da minha vida.

Aos meus pais que tiveram que aprenderam a conviver com a minha ausência, incentivando e compreendendo as dificuldades na difícil caminhada da minha formação.

Aos mestres que dividiram suas experiências, nos orientando, nos ensinando novos caminhos a serem seguindo.

A todos os paraibanos que me acolheram obrigado e minha eterna gratidão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. SOCIEDADE, ESCOLA E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.....	10
2.1 A Escola nos dias atuais.....	13
2.2 Conceito de Educação e sua Responsabilidade.....	16
2.3 Avaliação Educacional	18
3. AVALIAÇÃO ESCOLAR E O TRABALHO PEDAGOGICO	20
3.1 Formação dos Docentes Influência no Ato de Avaliar.....	23
3.2 Avaliação Escolar: Conceitos ou Definições.....	25
3.3 Avaliação e o Sistema Educação.....	28
4. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	30
4.1 Diagnostico da Escola.....	31
4.2 Analise dos Questionários com Professores.....	32
4.3 Analise do Estágio.....	38
5. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS	47
6. REFERENCIAS	49
7. ANEXOS.....	52

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por tema tecendo reflexões sobre educação e políticas de avaliação.e e foi realizado na Escola Luiz Cartaxo Rolim,situada na cidade Cajazeiras – PB, com o objetivo de analisamos de que modo ás políticas públicas contribuem ou indeferem no processo no ato de avaliar

Neste sentido, a escola deveria discutir que tipo de homem queremos formar? Só que para responder essa pergunta e preciso refletir que tipo de avaliação temos hoje? Quais são suas contribuições para o processo ensino-aprendizagem, ou seja, é fundamental que cada professor se sinta desafiado a repensar a sua práxis. É preciso que, em suas práticas de ensino, elabore diferentes estratégias e oportunidades de aprendizagem, para formar um homem crítico, autônomo, solidário, competente e participativo na sociedade em que está inserido.

Tais questões têm apontado a necessidade de se pensar o currículo escolar que não deve ser concebido apenas como uma relação de conteúdos ou conhecimentos delimitados ou isolados, ou seja, os docentes têm que sistematizar os saberes adquiridos e articular teoria e a prática, na perspectiva da ação refletida e transformadora. Assim temos que assumir uma postura reflexiva e crítica sobre o ensino como prática social.

Entretanto não se pode esquecer as influências da política do Banco Mundial, que propõe efetuar uma proposta educacional baseada na lógica econômica, investindo mais recursos em livros didáticos e com poucos investimentos para formação dos docentes tornando o processo de ensino-aprendizagem um cenário que visa somente rendimentos quantitativos dentro da lógica econômica. Tais influências interferem diretamente o desenvolvimento da educação brasileiro, órgãos como UNESCO e Banco Mundial, constituem os mesmos objetivos e interesse vinculado à rede publica de ensino.

A pesquisa tem intuito investigar como se desenvolver o complexo processo de avaliação na Escola Luiz Cartaxo Rolim, ou seja, como as políticas públicas interferem ou contribui nas avaliações feitas pelos educadores em sala de aula?

Nesta perspectiva, é importante destacar que as escolas ensinam os educandos o conhecimento pronto, formando repetidores de idéias e não pensadores. O método avaliativo contribui favorecendo as diferenças entre instituições de ensino público – privados?

O trabalho esta dividido em três partes que são: o primeiro I Capítulo, abordamos o enfoque sobre a sociedade e a escola e sua responsabilidade de formar e educar, sujeitos transformadores. Baseamos-nos em autores como. Rios (2001), Demo (2005) e Sales (2002).

O II Capítulo envolve um momento de reflexões redefinido a finalidade da avaliação e o trabalho pedagógico nos dias atuais, apontando a necessidade de termos uma formação sólida que dominem as exigências da sociedade pós-moderna. Discutimos a políticas educacionais como os objetivos e interesses da política do Banco Mundial. Detemos-nos nas leituras das obras de autores como: Freire (1996), Hoffmann (2001), Nóvoa (2002) e Tardif (2002).

O III Capítulo, se refere à análise de dados obtidos através do questionário respondido pelos docentes da escola onde foi realizado o estágio, mostrando também um diagnostico da referida escola.

Portanto, a avaliação tem sido palco de grandes discussões, debates e polêmicas no meio educacional, bem como os estudos teóricos sobre o tema têm sido ampliados nos últimos tempos. Tal pesquisa apresenta relevantes contribuições para melhoria do trabalho dos docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e para nossa formação enquanto pedagoga.

CAPÍTULO I

1.1. SOCIEDADE, ESCOLA E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.

A sociedade capitalista põe a ciência em destaque, mostrando que a vida moderna só pode ser entendida pela ótica dos métodos científicos e tecnológicos. São notáveis as influências dos modelos de sociedade sobre a educação sendo necessário discutir o papel que a escola desempenha hoje na sociedade: os objetivos e interesses que aparecem nas propostas curriculares, nas práticas avaliativas, na gestão escolar e na organização do trabalho pedagógico.

Pensando na articulação entre sociedade e escola, começaríamos com os seguintes questionamentos: que tipo de indivíduo queremos formar? Qual é o papel que a avaliação educacional vem cumprindo como ponto de partida para as mudanças no contexto escolar? É importante ressaltarmos a contradição que há entre mudar conteúdos e métodos de trabalho se os objetivos e as práticas avaliativas continuam as mesmas.

O interesse em estudar a avaliação se justifica pelo fato de compreender a sociedade atual. No tocante à concepção de sociedade nos deteremos nas leituras das obras de autores, tais como: Bourdieu e Passeron (1970), Gomes (1985) e Rios (2001). Tais obras serviram como subsídios para fundamentar a discussão a respeito do pensamento da sociedade, suas funções, estrutura e funcionamento.

a sociedade civil expressa o momento da persuasão e do consenso que, conjuntamente com o momento da repressão e da violência (sociedade política), asseguram a manutenção da estrutura de poder (estado). Na sociedade civil a dominação se expressa sob a forma de hegemonia, na sociedade política sob a forma de ditadura. (GRAMSCI 1968, p. 112)

O mundo está mudando velozmente e a sobrevivência das pessoas depende do entendimento de vê essa extensa nuvem de crise de valores que perpassa todos os aspectos da vida humana,

centrando-se na eterna inquietude do existencialismo humano e estendendo-se às relações interpessoais que mantemos no dia-a-dia.

Nessa modernidade, outros pensamentos foram desencadeados pela construção de novos valores e condutas e disseminados no próprio espaço cedido por esse modelo de sociedade capitalista em que a tendência é cada vez mais individualista e desigual e que decompõe o ideal de vida dessa sociedade. Nota-se o impacto causado tanto na estrutura política, quanto econômica. Vivemos sob a hegemonia de modelo de desenvolvimento que tem por base a sociedade de consumo.

Para Athusser (1972) “ *toda formação social deve reproduzir as forças produtivas e a força de trabalho. Os aparelhos ideológicos dominante desde o início da vida dos indivíduo por meio aparentemente não coercitivos*”. Percebe-se que a sociedade está enfrentando graves problemas de caráter político, econômico e social, implicando no desenvolvimento da educação brasileira. Vivemos incorporados em uma estrutura que busca o crescimento da tecnologia e desenvolvimento da economia, trazendo consigo muitos conflitos para o mundo moderno, a mesmo tempo em que percebemos as mudanças nos valores, nos costumes e nas relações pessoais.

Dessa forma, vivemos atrelados a uma crise de mudanças que estão diretamente interligadas com a nossa formação. Concordamos com Athusser quando diz que o estado representa o aparelho ideológico que influência através de uma política dominante. Desta maneira, é indispensável dialogarmos sobre o contexto de sociedade que vivemos se não compreender o papel que é atribuído à educação e à escola no Brasil.

É justamente nessa relação que se faz importante refletir sobre a política educacional. Considero que é por meio dela que os governantes definem e organizam mudanças para a educação. Por isso, para que o Brasil possa torna-se um país desenvolvido é necessário enfrentar os obstáculos impostos pelos governantes e pelas políticas públicas do Banco

Mundial que se destacam entre apresentar uma proposta articulada em relação à educação que chega até as salas de aulas baseadas na lógica econômica e ideológica.

Dessa forma, é preciso que os docentes despertem e tenham consciências da importância do seu trabalho, a fim de contrapor os princípios da burguesia dominante. Nessa perspectiva, devemos exercer nossa cidadania buscando conhecer os nossos direitos e deveres para vivermos uma sociedade democrática e participativa, sem diferenças de classes sociais, raças e gênero, tornando-se o sujeito da história.

Conforme Rios (2001, p39) *“se efetivamente vivemos uma crise é preciso lembrar que devemos considerar que a idéia de crise aponta para duas perspectivas: a de perigo e a de oportunidade [...]”*. Todas essas experiências e conhecimentos que adquirimos com os momentos de crise têm suas razões de ser e podem, de um lado remeter-nos a uma posição de negatividade, tanto ideológica como sócio-político-cultural, por outro podem orientar-nos a seguir em frente superando os obstáculos da crise em que vivemos.

Analisando o cenário atual, começamos a nos perguntar: qual é a função social da escola perante esse processo de mudanças na sociedade? Que tipo de interferências acontecem nas instituições de ensino? Para discutir tais questões faz-se necessário compreender que a escola, como parte constituinte da sociedade pós-moderna, assume papel relevante para semear suas relações sociais e sua cultura dominante.

1.2 A ESCOLA NOS DIAS ATUAIS.

Que tipo de escola é ideal para os jovens e crianças que vivem um modelo de sociedade do consumo? Como estão sendo educados e orientados para o futuro? Que tipo conhecimento e informações educativas são repassadas para eles no contexto escolar?

Dessa forma, apontamos que a escola do século XX carrega, consigo várias missões, assume o compromisso de educar e formar sujeitos que constroem a sua própria história. Nesta perspectiva, Nóvoa (2002, p.15)

Ao longo do século XX, concepções pedagógicas, psicológicas e sociológicas da infância foram-se misturando com “ ideologias de salvação “, alimentando a ilusão da escola como lugar de “ redenção pessoal” e de “redenção social “. Simultaneamente, a demissões das famílias e das comunidades suas funções educativas e culturais ia transferindo para as escolas um excesso de missões [...]

Entendemos que a questão ressaltada pelo autor aponta que as instituições de ensino foram assumindo historicamente o compromisso de formar e orientar cidadãos para o mundo profissional ensinando o conhecimento científico e devendo abarcar a incumbência de preparar os educandos para a vida.

Para Bourdieu e Passeron (1970, p58) *“a escolarização é a base para uma mobilização social limitada que dá aparência de realização à meritocracia, portanto, a educação é o processo de reprodução das diferenças culturais e sociais”*. Nesta ótica, as instituições de ensino selecionam e privilegiam determinados saberes. Percebemos também que os costumes, os valores e até as normas correspondem aos interesses de grupos dominantes.

Tais classes repassam de forma ideológica-cultura os saberes que devem ser ensinados através do currículo, ou seja, a escola é uma instituição com possibilidades e limites para transformar a sociedade. Neste sentido, indagamos que tipo de indivíduo a escola está formando?

Conforme Sales (2002, p.88) são os *“sujeitos que vivenciam, negociam, reafirmam, contestam e constroem experiências coletivamente. E ao fazerem uma história juntos, criam símbolos, imagens e representações sobre aquilo que é e que deva ser”*. Portanto, é necessário desenvolver as habilidades e o potencial dos educandos através do conhecimento que eles adquirem no ambiente escolar, formando sujeitos que constroem e tecem seus saberes. É nesse momento que entendemos que a escola tem a função de abrir novos caminhos que favoreçam o

despertar do conhecimento, oferecendo uma formação que desenvolva o pensamento crítico, perante o contexto em que está inserido.

Nos alerta Demo (2005, p.32) [...] eis a diferença para as instituições que buscam apenas transmitir, repassar, reproduzir conhecimentos”. Supostamente isso acontece nas salas de aulas, através das propostas curriculares, nas práticas avaliativas, na gestão escolar e na organização do trabalho pedagógico, implicando na qualidade do ensino.

É notável a desvalorização do ensino público no país, a falta de investimento significativo na educação, trazendo consigo vários problemas da baixa qualidade no ensino: falta de estrutura física nas escolas, transporte, merenda, docentes qualificados, condições de trabalho, remuneração e material pedagógico. A partir de tais reflexões se faz necessário que aconteça uma reforma nas políticas educacionais. Percebemos as dificuldades enfrentadas pela escola no contexto atual.

Mann (1978,p.23). Afirma “ao estado caberia assumir a dívida da educação nacional, controlar o ensino e instruir garantindo a todos o direito à instrução”. Partindo dessa perspectiva, foi necessário defender o ensino público laico para todos e principalmente de qualidade, bandeira essa de luta que foi defendida pelos pioneiros com seus manifestos no ano de 1932. Concordamos com Viera e Farias (2003, p.93) [...] O manifesto define um amplo programa educacional, estabelecendo entre seus princípios gerais a educação como “um serviço essencialmente público” que o estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais “.

A educação brasileira foi se modificando de acordo com as necessidades ocorridas nos processos de transformação da sociedade. Processos como a industrialização e a urbanização tiveram algumas influências no cenário educacional, ou seja, as reformas, as leis orgânicas de ensino. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Aprovada em 1961 foi considerada uma conquista para todos. Essas mudanças ocorridas no Brasil tiveram e têm significações importantes na história da educação.

1.3. CONCEITO DE EDUCAÇÃO E SUA RESPONSABILIDADE

O texto do Artigo 205 prescreve o seguinte: “ a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho “. Inicialmente, observamos que A Constituição Brasileira dá uma definição política de educação: “ é um direito de todos e dever do Estado e da família”.

Essa concepção política de educação define muito bem a natureza do Estado brasileiro: é um Estado social ou liberal. Todos, sem qualquer distinção, têm direito à educação. Mas qual educação? Aqui, certamente o legislador refere-se à educação escolar que, mais tarde foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96.

O dever com a educação é de responsabilidade do Estado e da Família. Na verdade, é um regime de co-responsabilidade social, o dever fica com o Estado, entendido aqui como o Poder Público, representado pelos intergovernamentais: União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

A família por seu turno tem o dever de educar os filhos sob sua tutela especialmente na tarefa ou responsabilidade de matriculá-los, em idade escolar, nas instituições de ensino. Esse caráter obrigatório se dá a partir dos sete anos e se estende aos 14 anos de idade, o que corresponde ao acesso ao Ensino Fundamental, direito público subjetivo. Zelar pela frequência á escola também é responsabilidade familiar e do Estado.

Interesses observar um fato curioso: na redação do artigo 205, da Constituição Federal 1988, sob a égide do Estado Liberal, a versão legal deixa implícito que a tarefa de educação é primeiramente do Estado ou Poder Público, em segunda instância, a família.

Na LBD, promulgada em 1996, sob a égide de um Estado Neoliberal, há uma alteração na hierarquia desses agentes, conforme podemos deduzir do seguinte excerto: a educação, dever da Família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade

humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art.2º LDB).

O artigo 205 é auto-aplicável, mas seu acolhimento na legislação federal efetiva de forma bem clara a compreensão de que o Congresso faz da educação: uma instância de formação escolar. A educação, diz a LDB, abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais (art. 1º LDB ou Lei Nº 9.394/96).

Dessa maneira, para refletimos sobre a escola e sua organização, faz-se necessário relaciona-la aos aspectos mais amplos da sociedade como, por exemplos, a economia e a política. Entretanto, o discurso que ocorre no espaço escolar se traduz em conceitos de uma sociedade pós-moderna, ou seja, a sociedade e a escola vivenciam uma constante transformação cultural e ideológica no contexto escolar interferido na sua função e responsabilidade que é educar, tendo como desafio construir um novo caminho para uma nova educação, promovendo a formação de um homem autônomo e solidário.

Como diz Freire (1996, p.23) “[...] *quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se, e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimento*”. Enfatizando que o ensino é uma atividade complexa, incerta e contextual, que requer um saber experiencial e criativo. O professor se tornou um aprendiz e um cooperador, um organizador da aprendizagem, justamente com a escola na busca pelo conhecimento.

Acreditamos que a sociedade está passando por mudanças que vêm ocorrendo no mundo pós-moderno. Tais mudanças refletem no ensino, na aprendizagem e principalmente no espaço escolar, por isso reafirmamos que o papel social da escola é de formar e educar cidadãos críticos, autônomos e solidários. Eis o nosso desafio: formar o sujeito crítico, com poder de iniciativa e com autonomia para construir o seu conhecimento.

1.4.AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.

Percebemos que é necessário um processo avaliativo desenvolvido na sociedade, portanto deveríamos compreender a finalidade da avaliação no contexto escolar, repensando o seu papel perante as mudanças no cenário educacional.

Hoffmann (2001) afirma que é necessário compreender a finalidade das práticas avaliativas, colocando-a serviço da aprendizagem do educando. Ressaltamos que os docentes devem ter consciência como é desenvolvida a avaliação no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p84) *“avaliar se define a partir da concepção de ensino e aprendizagem, da função da avaliação no processo educativo e das orientações didáticas postas em prática”*. Fica evidente que o ato de avaliar vai muito além das provas e trabalhos de verificação da aprendizagem.

Para que o processo avaliativo seja entendido e compreendido pelos docentes faz necessário desenvolvê-lo de forma contínua e com objetividade nas atividades executadas no ambiente escolar tendo princípios, instrumentos e condições de aplicá-los. Mediano (2000 p.157), alerta que *“O objetivo mais comum para avaliação nas atuais práticas pedagógicas é” dar nota “, “atribuir conceitos “. Isso passa a não ser relevante. O que se deseja é que avaliação seja um instrumento para levar todos a adquirirem o saber”*.

A avaliação quando é desenvolvida com um caráter pedagógico, é vista como um instrumento que serve para promover a inclusão, e não a exclusão na prática educativa. É uma arma para punir os educandos anulando sua capacidade de produzir seu próprio conhecimento no teatro da vida e da escola, utilizando uma avaliação excludente e desumana que só valoriza os aspectos quantitativos. De acordo com os PCN's (1997, p.84) *“É fundamental a utilização de diferentes códigos como verbal, oral e escrita, o gráfico, o número, pictórico de forma a se considerar as diferentes aptidões do aluno”*.

A avaliação é entendida como resultado de provas e trabalhos nos quais se atribui uma nota ou conceito, que aprova ou reprova. Mas, o ato de avaliar acompanha todo o processo de aprendizagem do educando em sala de aula. Nesta perspectiva, a avaliação deveria ser notada como instrumento didático-pedagógico utilizado para reflexão da prática dos educadores e educando, num processo contínuo e dinâmico.

As práticas avaliativas ainda não desenvolveram grandes avanços no ensino brasileiro, pois continua sendo classificatório e seletivo. As provas e trabalhos são utilizados somente para a verificação do rendimento escolar. Nos alerta Demo (2002, p.19) *“avaliar para garantir o direito de aprender, quer dizer, instrumentalizar o caminho de resgate da causa”*. É nesse sentido, que a avaliação deve caminha levar o conhecimento, os saberes adquiridos na escola, sendo utilizada como a função de subsidiar o processo de ensino - aprendizagem.

Nesta perspectiva os docentes devem desenvolver no cotidiano de sua prática uma avaliação que despertem o direito de aprender no aluno. Aprender deixou de ser um ato mecânico passando a ser um processo ativo onde o aluno é sujeito de sua própria aprendizagem.

Desta forma, observa-se a importância da qualidade na educação como elemento integrador das relações que envolver educadores e educandos, constituindo os indivíduos envolvendo como sujeitos do processo. Precisamos nos conscientizar como educadores e cidadãos, para redefinir uma nova concepção de avaliação na sociedade atual e desenvolve-la no contexto escolar.

A discussão sobre a avaliação não encerra neste momento, inicia tanto para a sociedade pós-moderna, quanto para a escola produtora de saberes. Vale salienta que os principais do modelo de avaliação que temos hoje no Brasil estão atrelados á sociedade e á escola.

CAPÍTULO II

2.1 AVALIAÇÃO ESCOLAR E O TRABALHO PEDAGÓGICO

As discussões que estão acontecendo sobre a avaliação escolar, deveria ser um momento de reflexão e ação, para que os docentes despertassem no cotidiano de sua prática, uma postura reflexiva e crítica no processo de ensino-aprendizagem.

Para Demo (2004, p.13) “[...] é fundamental redefinir o professor com que cuida da aprendizagem dos alunos”. Sendo assim, o ato de ensinar da uma dimensão maior aos métodos utilizados pelo professor com o compromisso intensivo de se preocupar com formação dos alunos. O professor deverá dinamizar oportunidades para o educando refletir sobre o mundo, sendo conduzido na construção do conhecimento, formulando e reformulando suas próprias hipóteses, ou seja, ampliando a capacidade do aluno pensar, tornando-os críticos e participativos, inserindo-os no contexto social e político.

E como diz Freire (1996, p.26) “[...] os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente o sujeito do processo”. Isso demonstra que a reconstrução da aprendizagem se dá de forma coletiva e ao mesmo tempo o professor é detentor do saber e o aluno torna-se sujeito ativo, capaz de intervir e agir no meio que esta inserido.

É importante ressaltar aqui, que o processo avaliativo em seu desenvolvimento no cotidiano escolar deveria ter caráter pedagógico, sendo colocado a partir do interesse da aprendizagem do educando. Neste sentido LUCKESI (1997, p.166), afirma que.

“A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiária construção da aprendizagem bem sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento”.

Portanto, a avaliação quando não desenvolvida com um caráter pedagógico, é vista como um instrumento que serve para moldar o aluno conforme as idéias do professor. E muitos utilizam como uma arma para punir os alunos, anulando seu próprio conhecimento intelectual, utilizando a avaliação como método excludente.

É essencial que os docentes compreendam o complexo ato de avaliar, tendo como compromisso e responsabilidade fazer uma reflexão contínua de sua prática, para não promover uma avaliação classificatória e seletiva em sala de aula. Conforme Luckesi (1997, p.198) “[...] a prática da avaliação em nossas escolas, sobretudo por reduzir-se sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas”.

Portanto, reafirmamos a importância do processo avaliativo junto a sociedade assim como também é preciso ter consciência sobre o papel da avaliação no meio educacional. A avaliação classificatória, tão usadas nas instituições de ensino tanto públicas e privadas, possui uma função meramente rotineira tendo como objetivo classificar o aluno em bom ou ruim, ou seja, valorizamos somente os resultados quantitativos e obtidos nas provas.

Para Demo (2002, p.23) “[...] atribuir notas pode tornar as coisas mais fáceis, mais igualmente mais arriscadas. Não é ético, além de metodologicamente incorreto, esconder os problemas da avaliação”. Conforme o autor, avaliar o educando somente através de provas escritas, trabalho e exames, tornou-se uma avaliação arriscada, sem objetivo e sem estratégias. O professor deveria analisar os resultados qualitativos e quantitativos obtidos nas provas com cuidado e atenção, precisamente em todas atividades realizadas no contexto escolar.

O que está sendo enfatizado é a necessidade de formar um educando inquiridor, questionador e crítico. O processo de avaliação requer, portanto além da construção do conhecimento. Para o aluno a avaliação deveria servir na conscientização de suas conquistas e dificuldades, possibilitando seu crescimento na aprendizagem.

E neste momento, que os docentes deveria ter uma formação sólida voltada para novas exigências educacionais, buscando repensar o seu papel no cenário educacional e também ter consciências sobre o trabalho pedagógico, trilhando mudanças perante os conflitos encontrados no dia-a-dia em sala de aula, adotando uma nova concepção de educação participativa, inclusiva e democrática entre comunidade, gestão escolar, docentes e discentes.

E preciso ter cautela com a avaliação é uma faca de dois gumes, podendo servir a propósitos positivos e negativos, dependendo da forma que é trabalhada pelo professor com os alunos. Santiago (2004, p.142) afirma. *“Observar, interpretar e julgar o pensamento do aluno pode ser considerado um avanço significativo na avaliação, entretanto os professores necessitam refletir suas ações para assim, analisar as respostas e manifestação dos alunos”*.

O educador atento, interessado na aprendizagem do seu educando procurará usar toda a sua experiência e formação pedagógica para desenvolver um modelo de avaliação diferente e dinâmica. A avaliação ajuda o aluno a se desenvolver, a avançar, não expô-lo a situações ridículas. A avaliação serve para encorajar e não para desestimular o educando.

A LDB 9.394/96 estabelecer, em seu artigo 12, inciso V, que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”. A escola como responsável por prover a recuperação usando, intencionalmente, o plural e articulando avaliação aos procedimentos que assegurem a aquisição da aprendizagem. A recuperação realizada costuma ser feita para melhorar a nota e possibilitar a aprovação do aluno. Neste sentido os alunos são encaminhados a recuperação, ou seja, os que tiram notas abaixo da média. Os que estão na média ou acima dela vão para frente, como se tivesse aprendido tudo.

Dessa forma, a escola e a família se interessam apenas pela aprovação do educando, neste contexto indagamos que avaliação é essa que não se compromete com a aprendizagem dos educandos? É necessário que a educação brasileira construa um trabalho pedagógico cujas as práticas avaliativas apoiem a aprendizagem de todos os alunos sem distinções, sem rótulos e apelidos que o desvalorizam ou humilhem o educando, no processo de ensino-aprendizagem .

2.2. A FORMAÇÃO DOS DOCENTES INFLUÊNCIAS NO ATO DE AVALIAR?

Na formação o professor reconstrói o seu conhecimento a partir de pesquisa, visto como habilidade fundamental para atingir desafios, dando subsídios e conhecimentos a para sua prática. Nesse sentido, o termo práxis entendido como articulação entre teorias e práticas, na prática, vem dar um suporte maior ao professor em termos de autonomia. Para Nóvoa (2002. p 27).

“ Não é fácil definir o conhecimento profissional:tem uma dimensão teórica, mais não é só teórico, tem um dimensão prática;mas não é só prática, tem uma dimensão experiencial, mas não é unicamente produto da experiência. Estamos perante um conjunto de saberes, de competências e de atividades”.

Os docentes têm que sistematizar os saberes adquiridos e articularem teoria, prática docente, na perspectiva da ação refletida e transformadora.Para que avaliação tome uma caminhada diferente na escola, faz-se necessário termos uma perspectiva transformadora, onde o docente deverá dinamizar o processo avaliativo, tendo conhecimento e experiência, ou seja saberes docentes, para desenvolver sua profissão, possibilitando a construção da aprendizagem.

Para Pimenta (2000, p.24) *“O saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação”*.Desse modo, a teoria é fundamental para que o professor compreenda os contextos em que está inserido bem como sua própria prática. O professor ouve e faz novas perguntas que conduzam a reflexão no contexto escolar.

De acordo com Freire (1996, p.39) *“[...] na formação permanente dos professores o momento fundamental é o de reflexão critica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”*. Toda prática deveria ser respaldada em uma teoria e na maioria das vezes o professor não conhece as teorias que são trabalhadas e desenvolvidas em sala- de -aula.É necessário que a formação continua seria pára avaliar se a mesma esta sendo útil na aprendizagem do educador e concomitante dos educandos.

Nos alerta Tardif (2002 p.61).”*Os saberes profissionais dos professores parecem ser, portanto, plurais, compostos, heterogêneos, pois trazem a tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-ser*”. Desta forma, o educador torna-se mais que o transmissor de conhecimentos e não mero repetidor de conceitos prontos e formulados..

É importante destacar os dilemas da profissão docente, concordamos com Tardif no tocante a desenvolver uma nova perspectiva de uma educação crítica e emancipadora, que considere seguintes aspectos: saberes curriculares e disciplinares, saber da formação, saber da experiência e saber da cultura e do mundo. Neste sentido isso significa que todos os docentes no cotidiano da sua prática desenvolvem e produzem, concepções entre a relação teoria e prática vivenciada no contexto escolar. Dessa maneira, Nóvoa (2002, p.28) afirma.

[...] os professores devem possuir capacidades de autodesenvolvimento reflexivo, que sirvam de suporte ao conjunto de decisões que são chamados a tomar no dia-a-dia, no interior da sala de aula e no contexto da organização escolar. Ficam assim esboçados os contornos de uma nova profissionalidade docente, que concede aos professores um novo papel na tripla dimensão pedagógica, científica e institucional.[...]

Neste sentido, o que autor aponta é falta de profissionais que dominem o conteúdo que ensinam e sejam também capaz de compreender sua importância social, pessoal, bem como a da escola na criação e transmissão dos saberes. A sociedade passa a exigir professores capacitados que tenha formação ética e emancipadora.

Desse modo, os aspectos abordados definem que o professor em sua formação dever corresponder às novas exigências educacionais e adequar sua prática a novo perfil, a fim de trabalhar em função da reconstrução do conhecimento, acompanhando as constantes transformações sociais e culturais na educação. Portanto, o docente deve constantemente avaliar a aprendizagem de seus alunos, pois isso, o remete a refletir sobre o que ensinar, como ensinar e quando podem avançar, podendo assim, analisar sua prática, saber por que a exerce.

Nos alerta, Rios (2001, p.46) *“uma reflexão implica sempre uma análise crítica do trabalho que realizamos[...]”*. Em certo sentido, tudo o que fazemos, somos levados a analisar o que foi feito para que possamos melhorá-lo da próxima vez. Essa ação faz parte da natureza humana, pois o homem é um eterno insatisfeito consigo mesmo e está a todo momento querendo superar-se. Nesse momento, a reflexão vem auxiliar a nossa formação de forma mais ampla, crítica e consciente.

Os professores têm grandes dificuldades em repensar sua prática pedagógica e avaliativa. É notável a necessidade de mudanças nas propostas educacionais, implicando no processo de ensino-aprendizagem.

2.3. AVALIAÇÃO ESCOLAR: CONCEITOS OU DEFINIÇÕES.

Não há consenso sobre a avaliação alguns autores definem como diagnóstica, classificatória e formativa. A avaliação exerce forte influência sobre o que os professores ensinam sobre o que os alunos estudam, e, conseqüentemente, sobre o que aprendem. Para LUCKESI (1997, p173)

[...] a avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção (que obrigatoriamente conduz à exclusão). O diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para a obtenção de uma maior satisfatoriedade daquilo que se esteja buscando ou construindo.

Desta forma, o ato de avaliar é determinante pelo autor como diagnóstica, com a finalidade de levantar dados para a compreensão do processo avaliativo do aluno oferecendo resultados significativos sobre aprendizagem, possibilitando os docentes a analisar os seus objetivos e instrumentos utilizados para verificar o progresso e as dificuldades dos alunos e atuação do professor que, por sua vez, determina modificações do processo de ensino para melhor cumprir as exigências dos seus objetivos.

Na prática cotidiana, a função de diagnosticar é mais importante porque é a que possibilita a avaliação do cumprimento da função pedagógica, que dá sentido de diagnosticar a aprendizagem do aluno e o seu desenvolvimento no processo construção do conhecimento.

Para Hoffmann, (1996.p.11) *“a maior polêmica que se cria hoje, em relação a uma perspectiva inovadora da avaliação, diz respeito a questões da melhoria da qualidade de ensino”*. Desta maneira, acreditamos que não se poderia discutir avaliação antes de abordar os fatores que dificultam a superação da prática tradicional, já tão criticada, mais que ainda permanecer enraizada nas práticas desenvolvidas em contexto escolar, denominada como avaliativa classificatória.

Nos alerta Santiago (2004, p.114) [...] *avaliação da aprendizagem: reflexões sobre o processo e uma proposta de uma escala, na qual reconhecem o caráter diagnóstico, formativo, contínuo e sistemático da avaliação da aprendizagem”*. Observa-se a importância da relação dialética entre as definições apontada pelos especialistas do tema abordado e sua fragmentação no seu desenvolvimento no ensino brasileiro. De modo que o ato de avaliar deve ser rediscutidos entre docentes, discentes, escola e comunidade, seguindo as propostas curriculares estabelecida pela LDB.

A LDB 9.394/96 estabelece, em seu artigo 24, inciso V, que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência *“à verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”*;

Observar-se que a avaliação é instrumento valioso para a construção do conhecimento, num processo dinâmico de competências técnicas e política. Nesta perspectiva, os critérios de qualidade devem incorporar valores culturais, éticos, filosóficos, sociais, psicológicos e sociais. Desta forma, a importância da qualidade na educação deve ser vista como elemento principal, envolvendo educadores e educandos, tecendo uma rede de propósitos diferentes e estabelecendo práticas inovadoras no ato de avaliar.

E como diz Freire (1996, p.71) *“o ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. E que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo”*. O professor colocando em

prática ações que sirvam para rever, melhorar, reformar, adequar a suas atividades no cotidiano escolar, refletindo suas ações e objetivos em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

As escolas têm recebido propostas desafiadoras para reconstruir um novo processo avaliativo. Para que ocorra o desenvolvimento dessa proposta é preciso que o professor tenha uma reflexão consciente da sua própria ação pedagógica em sala de aula. Envolvendo diretamente o educando como o protagonista do processo avaliativo desenvolvendo suas ações em conjunto, efetuando um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

O governo definiu nos PCNs , sugestões de avaliação na perspectiva diagnóstica e mediadora, qual o processo deve esclarecer o que vai ser avaliado durante o seu planejamento, selecionando técnicas adequadas para avaliar o que objetivamente pretende ao lançar mão de instrumentos diversificados, envolvendo pontos de aprendizagem.

Para Libâneo (2005.p.198) ao referir-se ao tipo de avaliação utilizada nas escolas, diz *“ainda hoje há professores que se vangloriam por deter o poder de aprovar ou reprovar”*. A avaliação é parte integrante do trabalho pedagógico, juntamente entre o professor e o aluno na tomada de decisões. Isso oposto deveria acontecer nas instituições de ensino, o autor aponta a falta de compromisso do professor com o avanço na aprendizagem do aluno. A prática avaliativa desenvolvida nas escolas têm dois caráter aprovar ou reprovar os alunos.

Neste sentido, indagamos que tipo de trabalho pedagógico está sendo realizado nas instituições de ensino? O Brasil está se desenvolvendo na economia, na política e na tecnologia, mas na educação como estamos caminhando para o crescimento ou paramos no tempo? Vale salienta que o modelo de avaliação que é desenvolvida nas instituições de ensino privado e público tem o único princípio aprovar seus alunos.

2.4. AVALIAÇÃO E O SISTEMA EDUCACIONAL.

Por compreender a políticas educacionais como política pública, considero que, por meio dela, os governantes organizam e executam seus interesses através das políticas educacionais. Nesta perspectiva as transformações, que acontecem na sociedade buscam na educação uma base, partir da Lei n.9.394/96.

O Banco Mundial destaca-se entre as várias agências ao apresentar uma proposta articulada para educação brasileira, que abrange até as salas de aula, é notável o interesse de grupos e classes dominantes em desenvolver princípios baseado na lógica econômica. Para Tommasi & Warde (1998, p.138) afirma.

“As propostas do BM para a educação são feitas basicamente por economista dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo-benefício e a taxa de retorno constituem as categorias centrais a partir das quais se define a tarefa educativa, as prioridades de investimento (níveis educativos e fatores de produção a considerar), os rendimentos, e a própria qualidade”.

Desta maneira, as reformas educativas estão interligadas, incorporadas aos interesses dos governantes, por isso temos um sistema educacional fragmentado, somente com propostas e idéias baseado no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, sendo as reformas responsáveis pelo sucesso ou fracasso das políticas educacionais.

Neste sentido, o controle do que feito pela escola por meio da avaliação (SAEB-Sistema de Avaliação da Educação Básica. ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio, ENADE – Exame Nacional de Ensino Superior). Nem sempre mostra resultado, ou seja, a escola não tem condições concretas de ensino, mas tem que se submeter as avaliações externas do governo.

Para Tommasi & Warde (1998, p.139) *“apesar de todas as políticas de melhoria e reforma afirmarem definir-se em nome da aprendizagem, o mundo da escola, da sala e da aprendizagem é visto como uma caixa preta e o conhecimento e a discussão [...]”*.

As políticas no seu desenvolvimento interferem no trabalho pedagógico, nos modelos de avaliação, tais como classificatória, diagnóstica e formativa, fica evidente que as decisões, defendidas pelas políticas educacionais abrange as instituições de ensino, refletem na aprendizagem dos educandos no contexto escolar. Nos alerta Gentili (1995 p.244).

[...] “política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as minorias. Uma política de reforma cultural que em suma, pretende negar e dissolver a existência mesmo do direito à educação [...]”.

Se as políticas culturais ficarem sob a responsabilidade do mercado capitalista, a desigualdade na área do trabalho e na educação geram uma crise afetando as classes populares que não dispõem de nenhum recurso para garantir o direito a uma educação de qualidade, ou seja, uma análise do sistema educacional brasileiro permite perceber que a educação do séc. XX é totalmente vista como: propriedade do comércio, e é desfrutada pela minoria das classes populares.

Neste sentido, a avaliação da aprendizagem deve fazer parte do trabalho pedagógico, que é aplicado pelos professores no contexto escolar, promovendo a exclusão e inclusão, através das práticas avaliativas. Todos os questionamentos apontados levam a uma única direção, temos que mudar, refazer, lutar e contrapor as políticas e ideologias dominantes, que invadem as instituições de ensino. Nesta perspectiva indagamos que tipo de homem a escola está formando

CAPÍTULO III

3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação pautou-se a partir de abordagem qualitativa e quantitativa, procurando analisar de que modo às políticas públicas contribuem ou interferem no ato de avaliar. Buscamos mostrar o cenário atual da prática avaliativa desenvolvida no processo de ensino aprendizagem. Desse modo, Gonçalves (2001, p.65) afirma. *“A pesquisa exploratória e aquela que se caracterizam pelo desenvolvimento e esclarecimentos de idéias, com objetivos de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado.”*

Neste sentido, o presente estudo foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Luiz Cartaxo Rolim, localizada na cidade de Cajazeiras - PB. No bairro Esperança. Constatamos que a referida escola funciona em três turnos.

O estudo constitui-se de dois momentos: o primeiro será o levantamento de dados através do questionário com questões objetivas e subjetivas, tendo em vista compreender o significador da avaliação escolar para os docentes, buscando conhecer questões como Política, Formação e Avaliação.

A opção pelo questionário como instrumento de coleta de dados, justifica-se por ser uma técnica de coleta ágil e facilita a familiarização com o universo a ser estudado. A amostra a ser pesquisada será cinco professores, todos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Nesta perspectiva Matos (2002, p.37) alerta *“que o melhor procedimento então, é o de combinar, sempre que possível, metodologias e técnicas, trazendo as leituras quantitativas e qualitativas”*. Deste modo, o procedimento que será aplicado busca sistematizar as informações adquiridas através do questionário.

O segundo momento constitui-se na análise das informações obtidas, no estágio. Para Gonçalves (2001, p.66) “[...] a análise de conteúdo foi inicialmente uma técnica muito ligada à pesquisa quantitativa, em documentos, buscando frequências de tema que definiam o caráter do discurso, a identificação e construção de modelos”.

3.2 DIAGNOSTICO DA ESCOLA

Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Luiz Cartaxo Rolim, está situada na rua Jose Pedro Quirino, s/n, bairro da Esperança, localizada na cidade de Cajazeiras - PB. O nome da escola foi em homenagem a Luiz Cartaxo Rolim vem da linhagem dos fundadores de Cajazeiras Vital de Souza Rolim e Ana Francisca de Albuquerque. Pela dignidade e amor ao trabalho dos seus filhos, um exemplo de valores e princípios éticos e morais.

Seus eventos sociais e religiosos mais marcantes incluem o Carnaval, Páscoa Dia da Mães , São João, Semana da Criança, Natal, como também a participação na Semana de amostra Cultura organizada pela Secretaria de Educação de Cajazeiras.

As entidades mantenedoras da escola são: Secretaria da Educação Cultura e Esporte do Município (SECE). Programa Dinheiro Direito na Escola (PDDE) e Ministério da Educação e Cultura (MEC). Sendo que a prestação de contas é encaminhada ao governo federal através de notas fiscais. As atividade econômicas ficam por conta do P.D.D.E e da Secretaria de Educação do Municípios. Sua infra-estrutura está adequada, possui luz, água, esgoto e coleta de lixo.

O modelo de gestão e participativo, o processo de tomada de decisão se dá a partir de votação coletiva e colegiado de professores e pais, sendo que escola tem uma boa relação com comunidade.

O quadro docente está caracterizado no Projeto Político Pedagógico como professores classe A (Ed. Infantil e 1ª a 5ª ano) e professores classe B (6ª a 9ª). A escola possui uma área de 849,60 m², na qual constam: 06 salas de aulas 01secretaria, 01 cozinha, 01 sala de vídeo, 03 banheiros, 01 despensa, 01 pátio e 01 biblioteca.

Na escola necessitaria de ter uma sala de leitura para trabalhar as dificuldades do educando, porem não há espaço que proporcione um ambiente que despertei nos alunos o prazer pela a leitura. Portanto, faz parte dos planos da instituição fazer uma reforma.

O planejamento é realizado mensalmente, por meio de reuniões com toda a equipe escola: professores, supervisores e gestores. As reuniões duram em media três a quatro horas. Sempre e feito um levantamento sobre as deficiências e os progressos alcançados, procuram meios de melhoramento, sendo registrados no quadro de planejamentos, no qual constam metodologia e avaliação.

3.3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DOS PROFESSORES.

Nesta parte do trabalho serão apresentados os resultados dos questionários respondidos pelos docentes da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Luiz Cartaxo Rolim, na cidade de Cajazeiras - PB,

Na primeira questão referente á importância dos instrumentos avaliativos utilizados para avaliar seus alunos, os docentes “A, B e C” afirmam ser a provas escritas e trabalhos em grupo, a melhor maneira de trabalhar avaliação. No entanto os instrumentos utilizados, segundo os professores “D e E”, não são suficientes para avaliar seus alunos quando se valorizam apenas a prova escrita e trabalhos em grupos. Percebe-se assim a necessidade de repensar pelos próprios professores para recorrerem a outros instrumentos diversificados que dêem ao educando a

oportunidade de participar do processo avaliativo com individuo participativo na construção da aprendizagem.

Dessa forma LUCKESI (1997, p198) Alerta “*os professores não tem conseguido usar os procedimentos de avaliação que sem duvida, implicam o levantamento de dados por meio de testes, trabalho escritos etc. para atender a sua função educativa*”. A avaliação deveria ser vista como um momento de dinamicidade se o professor aprimorar seus conhecimentos, estudando, tornando um agente transformador, um mediador do processo de ensino-aprendizagem. Avaliação não é um ato de controle e seleção e sim um processo de reflexão da aprendizagem.

Na pergunta seguinte indagamos sobre os instrumentos utilizados para avaliar a aprendizagem dos alunos? Todos docentes responderam que não, apontando para necessidade de mudanças nos instrumentos que são utilizados no ato de avaliar. Alem disso, não e suficiente, nem satisfatório, utilizar somente provas e trabalhos.

Deste modo, precisamos buscar outros meios, como seminário, portfólio e relatórios, produção textual e outros. Neste sentido Luckesi (1997, p23) afirma [...] *as provas e exames são realizadas conforme o interesse do professor ou do sistema de ensino. Nem sempre se “leva em consideração o que foi ensinado”*.

Desta forma, os docentes avaliam seus educados conforme os seus interesses, sem levar em considerações o que lhes fora ensinado. No entanto, o processo avaliativo não deveria se dar dessa forma. Deveria ser um momento de construção e reflexão entre os docentes e discentes no ato de avaliar.

Neste sentido perguntamos sobre qual tipo de avaliação aproxima-se sua prática pedagógica, os professores “A, B, C, D e E”. Afirma ser baseam na avaliação classificatória, desenvolvida no contexto escolar. Contrapondo com as idéias dos docentes. Santiago Alerta que “*avaliação da aprendizagem: reflexões sobre o processo e uma proposta de construção de uma escala, na*

qual recolhem o caráter diagnóstico formativo, contínuo e sistemático da avaliação da aprendizagem. (2004, p.144)

Como se observa o papel do professor é muito importante. Em nenhum momento ele deixa ser ou desenvolver o seu trabalho pedagógico. O que deveria mudar é o papel do educando de simples cumpridor de tarefas, ele passa a ser visto como co-responsável pela sua avaliação, esse seria o nosso desafio repensar as práticas avaliativas, desenvolvendo uma nova concepção de avaliação. É notável que todos os docentes se baseiam suas práticas avaliativas em classificatório limitando ou dificultando a democratização do ensino, tornando a avaliação instrumento de controle e seleção.

Quando perguntamos aos docentes, que compreensão eles têm sobre a avaliação. A professora “A” diz “avaliação educacional, deve ser compreendida como construção do conhecimento, tendo que trabalhar de uma forma tolerante com bastante clareza e compreensão”. Diante das ideias definidas, Rodrigues alerta a “*necessidade impar de repensar a sistema de avaliação de desempenho, levando-se em conta positiva especialmente a observância ao crescimento pessoal e profissional de todos*”. (2004, p.175).

Vale ressaltar, como é importante o trabalho pedagógico realizados pelos docentes no contexto escolar, ou seja, os docentes e discentes ganhem confiança através dos instrumentos e métodos que são utilizados para verificar a aprendizagem dos alunos, sendo feita de maneira adequada, desenvolvendo as habilidades, potencial e aptidões dos educandos tanto na escola como no meio onde ele está inserido. Portanto momento de refletir e repensar as práticas avaliativas apontam um grande avanço no ensino brasileiro.

Neste sentido, perguntamos aos professores o que representa os resultados obtidos na avaliação dos seus alunos? Os mesmos responderam em sua maioria representa os objetivos que foram alcançados em sala de aula, demonstrando domínio dos conteúdos trabalhados. Mediante essas afirmações a professora “D”, afirma representa o resultado da aprendizagem dos alunos, demonstrando se houve entendimento dos conteúdos explicados em sala de aula. Desta

maneira, Santiago afirma “*observar, interpretar e julgar o pensamento do aluno pode ser considerado um avanço significativo na avaliação*”. (2002, p.142).

Nesta perspectiva, os resultados obtidos traduzem o entendimento do conteúdo por parte dos educandos, representa vários aspectos se os alunos não entenderam os assuntos, se as metodologias estão sendo adequadas. Portanto, perceber a necessidade de analisar melhor os resultados obtidos nos rendimentos escolares.

Ainda questionamos o que os professores fazem quando percebem o erro dos educandos? Mediante a essa pergunta a maioria dos docentes afirma discute o erro do aluno, somente a professora “E”, afirma que pede para refazer várias vezes as atividades erradas. Certamente, as dificuldades encontradas pelos professores em trabalhar o erro do educando e a falta de momentos sistemáticos de reflexões sobre os fatores que dificultam o processo da avaliação na aprendizagem, são recorrentes na escola.

Conforme Santiago “*o professores começam a ficar atentos as suas práticas docentes, como aceitar a possibilidade do erro*”. No tocante o que os docentes precisam conhecer sobre o erro, para ajudá-lo a construir o conhecimento de forma significativa. Para Luckesi “*o erro passa a ser utilizado como fonte de virtude ou de crescimento, necessita de efetiva verificação*” (1997, p.56).

Analisamos o erro para discutirmos como deveríamos desenvolver novas praticas avaliativas, entretanto não há momentos específicos para trabalha o erro. Contudo, os docentes precisam buscar a reflexão, criatividade e autonomia, esses princípios deverão estar presentes em todas as atividades desenvolvidas com o caráter pedagógico.

Mediante aos questionamentos como é trabalhando o erro, perguntamos se os docentes têm tempo para analisar as atividades dos alunos? Diante desta pergunta os professores “B, C e D”, diz nem sempre, na medida do possível e nos horários das aulas. Portanto a partir da concepção dos professores constatamos que não é trabalhado uma avaliação que diagnóstica o erro, direcionando analisar o certo e propiciando a construção da aprendizagem.

Desse modo, a avaliação não avança e não contribui para o crescimento do educando. Ainda, nos depoimentos dos docentes “A e E”. Afirmam que sim, trabalham o erro nas atividades, caso contrário terá forma de estanque. Diante dessas afirmações podemos constatar que avaliação pode ser trabalhada de outras formas e que todos os professores precisam de tempo para desenvolver e elaborar seu trabalho, promovendo novos propósitos para o ensino-aprendizagem. No tocante ao erro, Santiago aponta.

“Que os professores comecem a ficar atentos às suas práticas docentes, como aceitar a possibilidade do erro, acreditando em verdades provisórias e sumárias, o que acontece a partir das dúvidas, do questionamento, num processo que deve acompanhar a vida educandos e educadores” (2004, p.140)

Cabe ressaltarmos que os docentes nos momentos de suas atividades em sala de aula, proporcionem um ambiente de aprendizagem com confiança sem julgamentos, nas correções das atividades realizadas no contexto escolar. Uma dificuldade que podemos perceber e quando se fizer necessário refletir sobre o papel desempenhado pela avaliação e a responsabilidade dos professores em fazer parte do ato de avaliar, julgando, verificando e analisando.

Dessa forma, Hoffmann afirma que *“corrigi-se para dar notas e, nesta correção sucedem-se as interrogações, as reprimendas em vermelho, as apreciações e orientações genéricas ao estudante”*. (1996, p.95) Nesse sentido, precisamos repensar o sentido da correção, levando em conta os diferentes contextos sociais que estão presentes na escola, redefinindo seus métodos avaliativos e planejando uma avaliação significativa, trabalhando os erros dos educandos para conseguirem avançar no processo de ensino-aprendizagem.

Quando perguntamos em que momento a avaliação escolar é debatida ou discutida no contexto escolar? Todos os professores dizem ser em departamentos e encontros pedagógicos. Entretanto a professora “A”, diz através de debates, conversas com os pais, direção e até projetos educativos.

Mediante as afirmações dos docentes é notável o interesses da escola em possibilitar momentos de socialização das experiências dos professores, na busca de novas práticas avaliativas que desenvolvam o processo da aprendizagem. Contribuindo para o crescimento da escola, dos discentes e da comunidade, uma nova proposta de avaliação que vise à aprendizagem de todos.

Repensando o erro do aluno, os métodos utilizados, a diversidade cultural e social e a sistematização do ensino. Eis o desafio dos profissionais da educação refletir sua práxis e buscar novos caminhos a serem trilhados na tentativa de construir um novo modelo ou concepção de avaliação. Afirma Rodrigues, *“diante disso, consideramos a necessidade impar de se repensar a sistemática da avaliação”*. (2004, p.175)

Logo em seguida, perguntamos aos professores vocês conhecem as políticas avaliativas educacionais? Responderam que sim, os professores “A, B, C e D”. Já estudaram nos departamentos e encontros pedagógicos, porém as leis estão sendo inovadas a cada dia e precisam os estudar mais. Fica assim evidente que os docentes têm poucas informações sobre as políticas avaliativas, necessitando que conhecer de forma aprofunda as políticas educacionais.

Ainda no depoimento a professora “E”, diz ainda falta muito para conhecer as políticas avaliativas educacionais. Está implícito que os docentes da referida escola em que ocorreu o estágio, não conhecem as políticas com clareza. Vale ressaltar, com os docentes não podem criticar ou questionar se eles não conhecem as políticas avaliativas? Nesta perspectiva, Santiago alerta.

“Mudar as concepções pedagógicas dos professores e práticas pedagógicas não se faz com medidas provenientes de órgãos superiores. Ressalta-se ainda que a descontinuidade administrativa e a falta de sustentação para os programas governamentais causam danos, tanto ao desempenho dos professores quanto à aprendizagem dos alunos”. (224, p.146)

Os educadores precisam está preparado para enfrentar as mudanças no ato de avaliar, assim como conhecer as políticas educacionais, participar dos sindicatos, compreender melhor o

processo avaliativo e suas interferências na aprendizagem. Como professora esse estudo vai subsidiar a construção da nossa formação, mostrando os dilemas vivenciados pelos docentes no ato de avaliar e possibilitando a fazermos uma análises do que foi estudado na universidade e como é desenvolvido na prática no contexto escolar.

3.4. ANÁLISE DO ESTÁGIO

No primeiro dia de estágio aconteceu, 8 de novembro de 2007, estavam presentes vinte alunos na sala de aula, no decorrer apresentação da turma surgiram varias perguntas: quanto tempo iria ficar ? Se iria substituir a professora deles? Respodei as indagações feitas e perguntei aos educandos se eles gostaram da prova Brasil que foi realizada um dia antes de iniciar o estágio.

Mediatamente a professora disse que um aluno não gostou foi o aluno “ A”, o único que não queria responder porque não gosta de ler. Em seguida comecei a desenvolver o plano de aula, no momento da produção textual foi notável a dificuldade dos alunos na interpretação do texto *Era uma vez*, parecia que os educandos nunca tinham feito esse tipo de atividade.

Nesta maneira, perguntamos vocês já fizeram uma interpretação textual? Os educandos afirmam que não, porém a professora diz que sim e várias. Nesse momento o aluno “ B” perguntou professora quantas linhas dever ter a produção ? Quatro está bom? No mesmo instante os educandos perguntam por um prova que deverão fazer, tem prova hoje? Afirmando todos não terem estudamos.

Nesse sentido, Santiago.[...] *“que se discute sobre o ensino aprendizagem, isto é o centro da aprendizagem é a construção do conhecimento do aluno, acreditamos que a pessoa humana e sempre capaz de aprender, desenvolver competências e habilidades”*. (2004, p.140)

E notável a preocupação dos alunos com a prova de geografia que será aplicada no segundo horário, portanto, todos participaram das atividades pospostas. No momento da prova os alunos

estavam fazendo pesquisada, parecia que preocupavam um tesouro que iriam garantir seu valioso dez, os relatos em sala de.

Dessa forma, Santiago alerta (2004, p.139) “ apesar de todas as reformas educacionais a nota é usada indiscriminadamente na escola. Percebe-se a presença de uma pedagogia comportamentalista, baseada no esforço e na recompensa, no premio- castigo”. Esse é modelo de avaliação que desenvolvida no contexto das escolas brasileira. Alerta, Piletti.

“o desejo de aprender é um motivo intrínseco, que encontra tanto sua fonte como sua recompensa em seu próprio exercício. O desejo de aprender torna-se um problema apenas sob circunstâncias específicas como nas escolas em que um currículo é estabelecido e alunos são obrigados a seguir um caminho fixado”. (2001, p.66)

O que está sendo discutindo nesse momento é a necessidade de repensar o objetivo de avaliar, suas conseqüências e principalmente os seus resultados na Aprendizagem dos alunos da 4º ano do ensino fundamental, o jeito como os educandos se sentem. Será que educadores estão desenvolvendo uma a avaliação que proporcione o aluno refletir sobre seus próprios erros e acertos ou estamos atribuindo notas e rotulando os bons-ruins? Porque será que a sala-de-aula não é vista como ambiente de prazer e sim de (regras/ normas).

Nesse momento, que os educadores devemos transformar os saberes curriculares em propostas que possibilite os educandos a desenvolver suas habilidades e seu potencial no contexto escolar. Vê essas crianças com os livros nas carteiras procurando respostas, em buscar somente de números, ou seja, da nota.

No encontro seguinte iniciamos a tarde com a proposta de desenvolver um trabalho feito em grupo dividido em equipe de cinco alunos, para nossa surpresa os alunos queriam saber quanto valia a atividade, ou seja, só conta a nota e não a aprendizagem.

O trabalho era da disciplina matemática no decorrer da atividade ficamos preocupada com a equipe dos alunos.” A “, pois não queria fazer parte da equipe, nem participar da atividade posposta . Para Mediano (2000,p.162) [...] na matemática também são comuns as clássicas “continhas” precedidas da instrução “arme” e “efetue”. Muitos problemas matemáticos são

quase idênticos aos dados em classe e o aluno já está quase que treinado para resolve-los, não se solicitando nenhuma forma mais elevada de pensamento. Com este panorama estamos avaliando apenas, se os alunos são bons repetidores, mas nunca se são críticos ou criadores.

Certamente, nos professores deveríamos despertar a lógica no pensamento dos educandos, possibilitando todo espaço e ambiente de aprendizagem na escola com prazer e alegria de aprender. No decorrer do trabalho, observamos, cada grupo na organização, apresentação, criatividade e estética e principalmente o envolvimento dos membros em resolver as questões atribuídas.

Os dicentes “A, B, C, D, e F, apresentaram a atividade e disseram que essa experiência foi a primeira vez que fizeram uma atividade assim com cartaz, tinta e em grupo. Eis o desafio como alerta Mediano.

[...] a avaliação, portanto passar a ter como objetivo diagnóstica as dificuldades do processo de transmissão, aquisição do conhecimento, busca as falhas tanto na transmissão, como na aquisição, para tomar decisões acerca da próxima etapa do processo” (2000, p.162).

No contato da sala de aula é pertinente afirmar que avaliar é somente atribuir notas, exemplos como a situação do aluno “G” que pergunta: “ quantos pontos vale essa atividade? eu quero tira um dez”, vivenciamos no seio do ambiente escolar práticas que expõe avaliação como um panorâmo de dados quantitativos, desvalorizando o conhecimento dos educandos.

No momento de conversar com a professora perguntamos os resultados da prova de geografia, segundo a professora foi horrível 50% da turma tirou notas baixas, nós já esperávamos esses resultado, os alunos demonstraram que não tinham costume em responder a prova pesquisada.

Nesse sentido, fizemos uma proposta a professora, podemos dar uma outra oportunidade aos alunos que não atingiram a nota, de refazer toda a avaliação de geografia a professora aceitou a minha proposta e disse: “ devo dar uma outra oportunidade, as notas foram baixas eles precisam melhorar, estamos no final do ano letivo”. Nessa perspectiva, Santiago afirma, “*que*

os docentes comecem a ficar atentos as suas práticas docentes, como aceitar a possibilidade do erro". (2004,p.140)

Dessa forma, analisando o erro não como uma derrota ou fracasso, mas como o momento de aprendizagem de construção do conhecimento do aluno. Foi muito prazeroso, todos participaram, penso que gostaram.

No terceiro dia, logo escuto, “ não gosto de ler, não sei escrever” pelo o aluno “H”, foi realizada em sala de aula uma leitura coletiva, onde foi notável o medo de errar do educandos, falando bem baixinho no momento da leitura. Ressaltei a importância de ler e estudar para ter uma vida estável. Nesse momento a aluna “ H”, disse “ não vamos ser nada”.

Ficamos angustiada, com a afirmação da aluna “H”, baseada no conceito da lógica do capitalismo, reproduzindo idéias que não é nada, nem como ser humano nem como estudante. Dessa forma, Amaral & Coelho afirma, [...] *com educar, como formar, o que e como ensinar em tempos de permanentes inovações?*” (2007,p116)

O momento mais complexo foi da produção de texto narrativo da Emilia boneca de pano. Logo todos perguntaram quanto valeria essa atividade. Não sabemos fazer, é muito difícil, professora. Todos reclamaram da atividade, parecia que nunca tinha feito uma produção textual. O pior foram os alunos “ A e B “, não queria fazer nada, foi muito difícil, passamos momentos de angustia onde alunos de 4º ano afirmavam “ nós não sabemos escrever o texto”.

No segundo momento foi aplicada a prova de Ciências, foi entregue as 15: 30 hs, outra vez pesquisada logo comecei escutar, “ ó meu Deus, o que é enzimas ? Santiago alerta que

“ avaliação será sempre um questionamento, teimoso, insistente, persistente, buscando mediar, diagnosticar e formar, auxiliando o aluno aprender a aprender e a se desenvolver. Para isso defende-se uma avaliação que levante informações úteis a regulação do processo ensino – aprendizagem” (2004,p.148)

Portanto, para que isso aconteça e necessário redefinir objetivo de avaliar. Refeltimos as conseqüências da avaliação escolar na vida dos alunos. Outro lado a avaliação suscitar uma

transformação no processo de ensino - aprendizagem, auxiliando tanto o professor como o aluno, uma relação íntima e coletiva em buscar do conhecimento.

Voltamos para o contexto da sala de aula, o educando “B”, disse essa prova e muito fácil. Outros alunos responderam a prova e se levantaram para apresenta as respostas a professora, questionando “está certo?”, a professora afirmava tem que ler para responder. O desafio de pensar estava exposto, porém os alunos não conseguiram responder, por que já estão adaptados as respostas prontas. Para Piletti, “ *o locus da avaliação pode-se dizer, reside, afinal, no educando. Significar é a sua essência quando se verifica a aprendizagem o elemento de significação desenvolve-se para o educando dentro da sua própria experiência com o todo*”.(2001, 47”)

Dessa maneira, o nós precisamos refletir e construir uma nova concepção de avaliação que tenha característica de ser inovadora e criativa, em que as novas práticas envolvam os alunos no ato da aprendizagem, as instituições de ensino devem assumir a responsabilidade de garantir uma educação de qualidade, portanto, “ alunos chamando por Deus, outros afirmavam estou frito, ou estão não sei de nada”. É uma demonstração que precisamos redefinir que tipo de sujeito queremos formar?

No quarto dia foi diferente desenvolvemos uma atividade de português, revisando verbos e fizemos uma leitura coletiva do texto “minhas férias” foi adorável o momento da leitura fizemos um debate sobre as ideais do texto, questões sobre uma professora autoritária, que todos os anos exigia dos educandos uma redação das férias.

Perguntamos se os alunos já tiveram uma professora assim? Todos responderam: sim, é que sempre exigente , gritava com a gente em sala de aula. O aluno “ A” disse “ professora chata e horrível eu já tiver”, discutimos o texto e respondemos questões de interpretação textual, foi notável o envolvimento dos alunos na hora da discussão da atividade trabalhada, sendo um momento de reflexão do contexto onde eles estão inseridos e suas ações.

O momento mais complexo foi a entrega das provas de geografia para refazer, logo todos perguntaram “como vamos refazer”? O aluno “C”, disse “por quê? Vou refazer, não, não quero”, certamente, não foi trabalhando a questão do erro de refazer, analisar a construção de aprender através do erro, na busca do acerto. Dessa forma, Hoffmann afirma que *“corrigi-se para dar notas e, nesta correção sucedem-se as interrogações, as reprimendas em vermelho, as apreciações e orientações genéricas ao estudante”*. (1996, p.95)

Ficamos, angustiados com a situação que nos deparemos no cotidiano da sala de aula, os alunos estavam impacientes e agitados no momento de refazer, demonstrando desinteresse em responder a prova, todos chamaram a atividade proposta de recuperação. Indagamos será que os alunos sabem qual é a finalidade do ato de recuperar?.

No quinto dia todos estavam felizes porque hoje é último dia de aula da semana, fizemos a leitura coletiva do texto “ amigo do peito “, a aluna “ G”, fez um comentário o que são amigos de verdade, ressaltamos também a importância da leitura e sobre tudo que lemos. Percebemos que no momento da leitura os educandos têm medo de errar, em todos os textos que são feitos à leitura coletiva, apontam a insegurança.

O momento mais complexo da tarde foi na atividade pessoal que os educandos deveriam responder todas as respostas. Eram respostas pessoais, foi engraçado parecia que eles nunca tinham feito uma atividade desse caráter pedagógico, sempre esperavam as respostas prontas. O aluno “A” perguntou: “onde encontro a segunda questão no texto”? Respondemos não tem nem uma resposta no texto, somente você tem a resposta, quero saber o que você pensa sobre a amizade.

Era impressionante o momento que eles estavam respondendo as questões do texto buscavam responder pelo o texto. O aluno “ C” disse “ eu vou escrever o texto, e pronto!”

Ficamos pensando o que está acontecendo de errado com as práticas desenvolvidas em sala de aula, de quem é a culpa? Em seguida a aula “ D” pergunta: “ professora posso ir para casa depois do recreio”? Dessa forma, ressaltamos atualmente é melhor ficar em casa do que na

escola? Terminamos o dia refletindo sobre a avaliação, formação e práticas docente. Vale ressaltar no tocante a ato de avaliar, o que estamos fazendo em sala de aula educando ou deseducando?

No encontro seguinte, sendo o sexto dia de estágio, a aula foi tranqüila assistimos o filme “Madagascar”, os alunos adoram do filme estavam todos concentrados, observador cada detalhe e atitude dos animais. Todos fizeram a produção textual sobre o filme, comentamos em que relação o filme tem com as disciplinas de Ciências e Geografia, todos responderam: “ falar sobre o clima, a adaptação e a vida dos animais”.

Ainda analisando estágio, iniciamos expondo a importância de escrever corretamente principalmente o nome deles deve ser com letra maiúscula. Inicio depois desenvolvemos uma atividade de ortografia. O aluno “F”, perguntou: “quanto a valei essa atividade”?, em seguida o aluno “ A” disse “ não, quero fazer essa atividade porque não tenho lápis.”

Dando continuidade ao trabalho fizemos a correção da atividade com a participação de todos alunos avaliando de forma diferenciada, após o recreio a professora titular da sala de aula entregou uma atividade de revisão da disciplina português para os alunos responderem, onde seria atribuído uma nota para o 4º bimestre.

Ao trabalho, estamos preocupada com o desenvolvimento da turma, iniciamos aula contando a história do reino encantado, onde o rei manda as pessoas calarem a boca os educandos gostaram da historia. Em seguida apresentamos o CD do globo reporte que aborda o assunto de geografia que foi as bacias do Brasil, sendo uma aula diferente onde eles puderam assimilar o conteúdo do livro através de uma matéria elaborada no Globo Reporte, nesta mesma aula exploramos as diversidades do ecossistema e meio ambiente.

No decorrer da aula percebemos que muitas crianças não sabem conviver e prevenir o meio em que está inserida. Diante dessa concepção Piletti defende *O desejo de aprender torna-se um problema apenas sob circunstâncias específicas como nas escolas em que um currículo é estabelecido e alunos são obrigados a seguir um caminho fixado*. (2001, p.66)

No último dia do trabalho iniciamos aula com os alunos contando que a professora titular utiliza copias, em seguida o aluno "F" disse que estavam habituados em fazer copias, perguntando: "porque ultimamente não fizemos copias". Conversamos que o nosso trabalho era desenvolver atividades que despertassem nos alunos a curiosidade em aprender mais.

A forma como foram conduzida a aula, com leitura do texto *As crianças a vida da nossa gente*, debatemos sobre o que é ser criança. Os alunos "A,B,C,D,E, F E G", leram o texto comentaram sobre o próprio. Estavam felizes, pois é notável o envolvimento dos educandos e os resultados das atividades em sala.

A partir do estagio podemos analisar como é difícil enfrentar os obstáculos impostos e contrapor as idéias ideológicas sobre a função da avaliação no contexto escolar. Nessa perspectiva, e notável o diálogo, a segurança que todos os alunos tiveram no desenvolvimento das atividades trabalhadas, porém ainda falta construirmos uma nova concepção não somente de avaliação, mas de construção de um trabalho pedagógico voltado para as novas exigências do ensino. Notando o aluno como sujeito do processo da aprendizagem, avaliando e sendo avaliados.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Analizando o desenvolvimento do estágio, como foram realizados as práticas avaliativas na escola, percebemos que precisar acontecer uma transformação de concepções de cada sujeito que fazer aparte das instituições educacionais. Dessa maneira tanto os docentes como discentes precisam refletir sobre o tema abordado, indagando como deveríamos trabalhar a avaliação?

No decorrer do estágio, podemos observar e sentir que não é trabalhado o erro dos educandos nas atividades desenvolvidas no contexto escolar. Portanto nos encontros em sala de aula com a turma levamos atividades diferentes que despertasse a curiosidade, a criatividade e senso crítico do educando, foi notável o envolvimento e participação de todos, estavam se acostumando com as diversidades dos trabalhos, discussões e debates, com assuntos do interesse de deles.

Nesta perspectiva, o estudo tinha como objetivo investigar as contribuições e interferências das políticas na avaliação que acontecem no processo ensino-aprendizagem, definido e apontando a necessidade de repensarmos as práticas avaliativas dos docentes assumindo a responsabilidade de ser um agente mediador do ensino. Buscando uma formação adequada para dominarem as exigências da sociedade atual, promovendo e potencial dos educandos através de novas metodologias e praticas avaliativas inovadoras.

Nesse sentido, não podemos deixar de ressaltar que as instituições de ensino devem assumir a incumbência de garantir aos docentes, qualidade de ensino, levando em considerações o contexto social de cada sujeito, no tocante a perspectiva de avanços dos educandos através das notas e informações, observamos que os educandos precisam aprender a aprender os conteúdos estudados no cotidiano escolar, tendo como oportunidade fazerem uma releitura do sociedade onde eles estão inseridos.

Eis o desafio de todos os docentes, ou seja, trilharem uma nova concepção de avaliação aquela que valorizem o conhecimento do aluno tanto prévio ou científico, enfrentando os obstáculos encontrados em seu caminho, tendo contribuído para a avanço da educação brasileira. Sendo um trabalho de parceria entre docentes, discentes e gestão escolar. Proporcionando condições para desenvolver um trabalho pedagógico que promova o processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, chegamos o momento de discutirmos as contribuições do estudo realizado, pois as discussões e indagações feitas deixa para os docentes a necessidade de refletirmos, analisarmos e repensarmos que tipo de profissionais são e quais as contribuições que estão oferecendo a instituições de ensino. Demonstrando que somos profissionais competentes e que podemos nos contrapor e intervir aos obstáculos que enfrentamos no momento de formar os educandos.

Esse trabalho tem uma relevância significativa e útil para a nossa formação profissional, como professora nos proporciona compreender o complexo processo de avaliar. Refletindo se as contribuições teóricas da formação ajudam a desenvolvermos um trabalho pedagógico diferenciado e criativo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Gerlaine Belchior. COELHO, Raimunda de Fátima Neves. Currículo e Estágio: uma (re) significação de praticas curriculares. In.: ERCILIA Maria Braga de Olinda e FERNANDES. Dorgival Gonçalves. (Orgs). *Praticas e Aprendizagens docentes*. Editora UFC. Fortaleza. 2007

BRASIL, Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. *Introdução*. Brasília, 1997

DEMO, Pedro. *Mitologia da Avaliação: de como ignorar em vez de enfrentar problemas*. 2 ed. . Campinas, SP. Autores associados, 2002. (coleção polemica do nosso tempo 68)

_____. *Saber Pensar*. 4 ed. São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

_____. *Professor do futuro e reconstrução do conhecimento*. 4 ed. Petrópolis. RJ. Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

GENTILLI, Pablo. Adeus à escola Publica. A demanda neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In.: APPLE, Michael W. [et. Ali], *Pedagogia da exclusão o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis: RJ vozes, 1995.

GOMES, Alberto Candido. *A educação em perspectiva sociológica*. 3. ed.rev. e ampl. São Paulo: EDU, 1994.

GONÇALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. Campinas, SP: editora Alínea, 2001.

HOFFMANN, Jussara. *Mito e Desafio: uma perspectiva construtiva*. Porto Alegre: educação e realidade, 2001

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de *Pesquisa educacional: o prazer de conhecer*. 2 ed. ver e atual. Fortaleza: Edições Demócrito. 2002

MEDIANO, Zélia. A avaliação da aprendizagem na escola de 1º grau. In.: CANDAU, Vera Maria. (Org) *Rumo a uma nova didática*. 11 ed. Editora Vozes. Petrópolis, 2000

NÓVOA, Antônio. *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico*. Lisboa Educa, 2002.

RIOS, Terezinha Azeredo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo. Cortez, 2001.

RODRIGUES, Maria do Socorro de Souza. Técnicas, docentes e gestores desvelam a cultura de avaliação de desempenho na Universidade Federal do Ceará. In.: WAGNER Bandeira Andriola e BRENDAN Coleman Mc Donald. (Orgs). *Avaliação Educacional Navegar é Preciso*. Editora UFC. Fortaleza, 2004.

SANTIAGO, Silvany Bastos. Concepções e Práticas Avaliativas dos Professores do Ensino Fundamental e Médio. In.: WAGNER Bandeira Andriola e BRENDAN Coleman Mc Donald. (Orgs). *Avaliação Educacional Navegar é Preciso*. Editora UFC. Fortaleza, 2004.

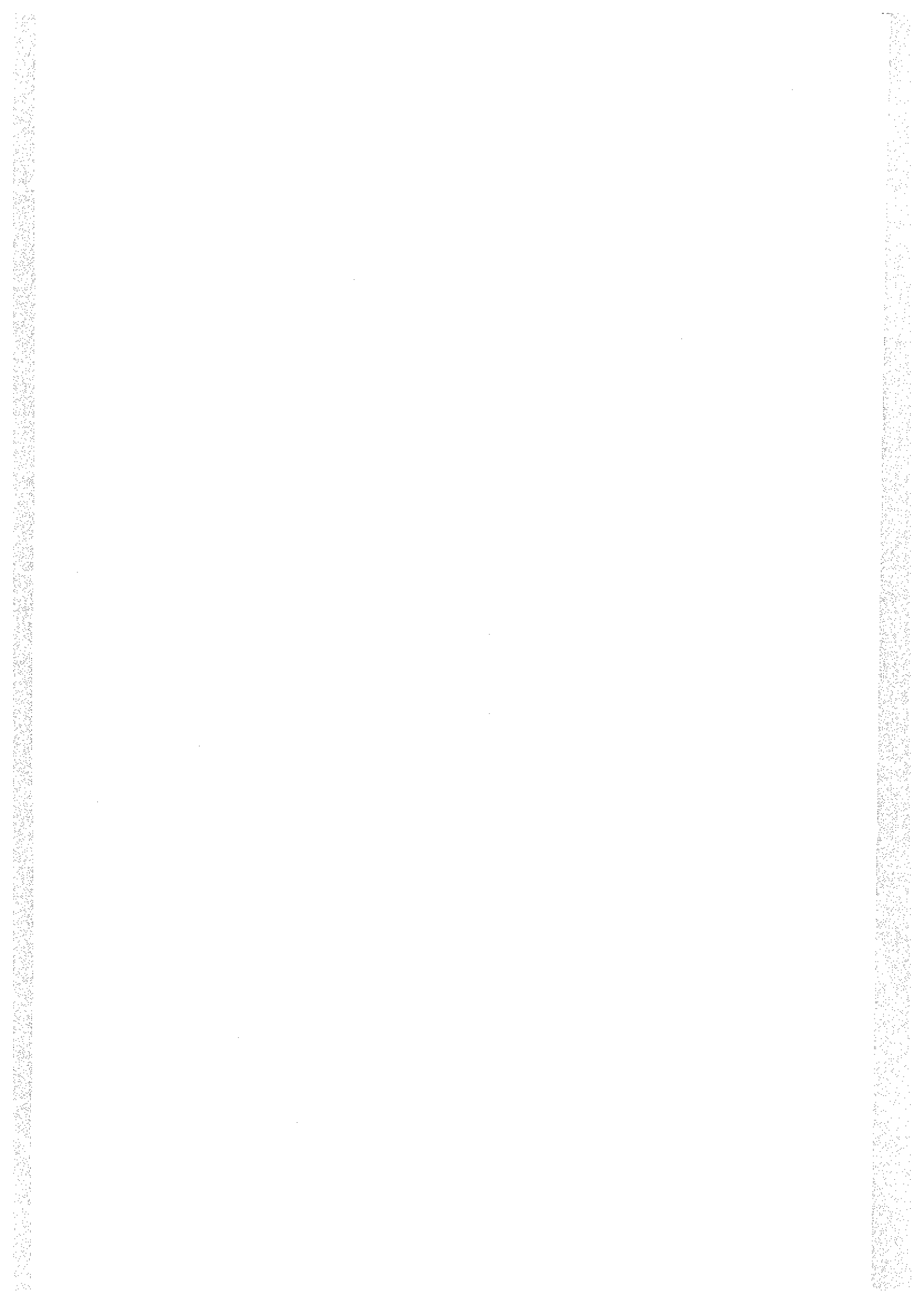
SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco. Identidade e fazer docentes : dois movimentos que se cruzam. In.: LIMA, Maria Socorro Lucena e SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco. (Orgs). *Aprendiz na prática docente: a didática no exercício do magistério*. Editora. UECE, Fortaleza, 2002.

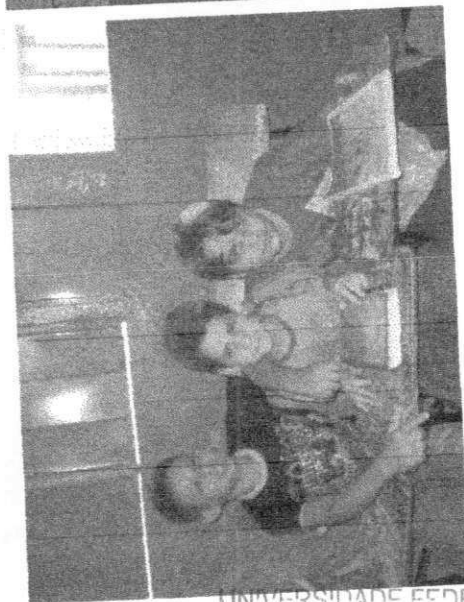
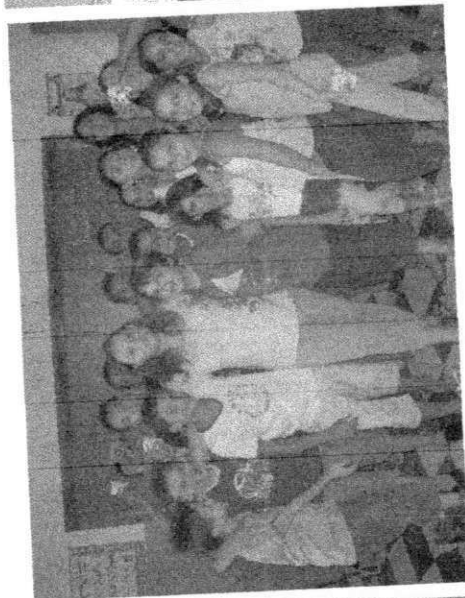
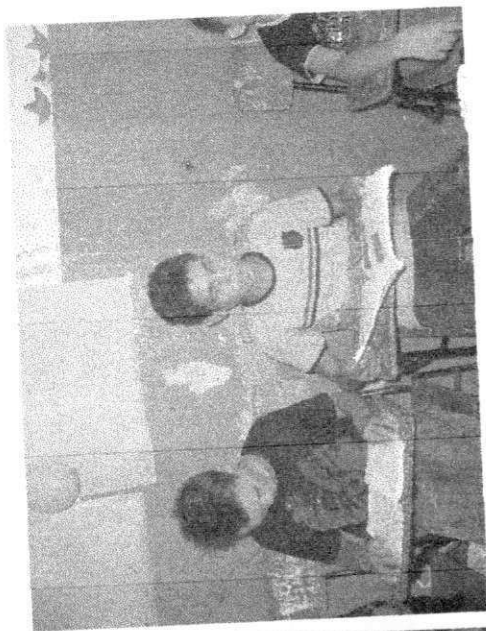
TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis, RJ: vozes, 2002.

TOMMASI, Livia, WARDE, Miriam Jorge. HADDAD, Sérgio. *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*, 2. ed. São Paulo. Cortez. 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS Isabel Maria Sabino. Rupturas e Continuidade-educação no Estado Getulista. In.: VIEIRA, Sofia Lerche. (org). *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Plano Editora 2003.

ANEXO





UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA





ALEX

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO - UAE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSOR - CFP

Prezado (a) professor (a), estamos desenvolvendo um estudo sobre a avaliação, neste sentido, solicitamos que responda este questionário contendo as informações a seguir asseguramos que as respostas dadas serão mantidas no absoluto sigilo, sendo utilizado somente para fins científicos. Tal pesquisa apresenta-se relevante contribuições para melhoria do trabalho docente das séries iniciais do Ensino Fundamental, na Escola Infantil Ensino Fundamental de Cartaxe Rolim.

Agradecemos sua participação.
Kátia Macedo Duarte
Estagiária

QUESTIONÁRIO

Que instrumento você utiliza para avaliar seus alunos?

- Provas escritas e orais
 - Trabalho coletivo e individual
 - Seminário
 - Outros Quais
-
-

Esses instrumentos são suficientes para avaliar seus alunos?

Sim

Não

Justifique sua resposta.

3º Em qual desses tipos de avaliação sua prática pedagógica se baseia ?

- Classificatória
- Diagnóstica
- Dialógica

4º Qual a sua compreensão de avaliação?

5º Em sua concepção o que representa os resultados obtidos na avaliação dos seus alunos?

6º O que você faz quando percebe o erro dos alunos?

- Discute o erro
- Ignora o erro do aluno
- Pede para fazer várias vezes

7º Você tem tempo para trabalhar o erro analisando nas atividades quantitativas dos alunos?

8º Em que momentos a avaliação escolar é discutida na escola?

- Departamento
- Encontro Pedagógico
- Seminário
- Outros momentos quais

9 ° Você conhece as políticas avaliativas educacionais ?

() Sim

() Não

Justifique sua resposta.
